



Comunicação Interna 90

Maio - 2008

Impresso
Especial
REGISTRO ECTORSIC
SIMESC
CORREIOS

Aposentadoria especial para Atividade Insalubre

Ação coletiva, ajuizada pela Assessoria Previdenciária do SIMESC, em parceria com Garcia&Garcia Advogados Associados/RS, vai beneficiar médicos sindicalizados

Em razão da omissão do Poder Legislativo em não regulamentar o direito à aposentadoria especial ou a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em relação aos servidores públicos, notadamente aqueles que exercem a profissão de médico, pretendemos, através deste Sindicato, impetrar Mandado de Injunção objetivando não só suprir a referida omissão legal, mas, principalmente, buscar, através do Poder Judiciário, a aplicação deste direito ainda que utilizando analogicamente os artigos 57 e 58 da lei 8.213/1991 e seu Decreto regulamentador que tratam da matéria na esfera privada. Esse entendimento, de subsunção da lei previdenciária para os servidores públicos, vem respaldado pelos recentes julgamentos do Supremo Tribunal Federal nos

Mandados de Injunção (MI) nºs 670, 706 e 712 de 26 de outubro de 2007. Como decorrência de um provável êxito no Mandado de Injunção, os médicos poderiam postular a concessão de aposentadorias especiais, bem como conversões de tempos de serviço exercidos em condições especiais.

É importante ressaltar que esta Ação será coletiva, tendo como público os médicos sindicalizados. Será ajuizada pela Assessoria de Consultoria Previdenciária/SC (ASSEPREV) que presta serviços para o Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (SIMESC), em parceria com Garcia&Garcia Advogados Associados/RS.

Os médicos não filiados interessados devem entrar em contato com o SIMESC para filiação.



Não perca tempo, faça valer seus direitos!

Entre em contato com a Assessoria Previdenciária do SIMESC

Responsável: Dra. Lucila Moura Santos Cardoso;

Horários: Quarta das 16h00 às 17h00, na sede do Sindicato, ou por agendamento, na sede da ASSEPREV.

Contato: (48) 3223.1060 / 3028.4085 asseprev@asseprev.com.br

Médico Sindicalizado é Médico Representado



Médicos da região de Mafra solicitam apoio do Simesc

Comitiva do Sindicato esteve em Mafra para debater principais assuntos relacionados à categoria e esclarecer dúvidas dos profissionais da região, principalmente sobre a questão da contribuição sindical, sobreaviso e serviços de referência

No último dia 16 de maio, representantes do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (SIMESC), estiveram no município de Mafra, no Planalto Norte Catarinense, para participar de reunião sindical com os médicos da região. O encontro aconteceu na sede da UNIMED - Riomafra e reuniu cerca de 40 profissionais da região de Mafra para discutir questões inerentes à categoria. Também estavam presentes os diretores regionais do SIMESC em Canoinhas, Dr. Saulo Sabatini e Dr. Edson Flávio Colla.

Logo no início do encontro, o anfitrião, Dr. Gabriel Kubis, Presidente da Diretoria Regional do Sindicato, explicou que a ideia de solicitar o auxílio do SIMESC partiu da necessidade de sanar algumas dúvidas dos médicos da região. Segundo ele, os profissionais enfrentam algumas dificuldades, em especial, com relação à cobrança do Imposto Sindical, Sobreaviso Remunerado, Honorários Médicos, Serviços de referência/SAMU e na interferência do Ministério Público/Polícia Militar no atendimento médico.

Em seguida, o Presidente do Sindicato, Dr. João Pedro Carneiro Neto deu continuidade a reunião e aproveitou a oportunidade para ressaltar as ações que o SIMESC vem realizando, em todo o Estado, na luta pelos direitos da classe e da importância da participação dos médicos no processo. "O Sindicato atua como instrumento, busca os melhores caminhos e estratégias para obter êxito, no entanto, o movimento médico ganha mais força com a participação ativa da classe", argumenta.

Dando início efetivamente aos pontos de pauta, Dr. João Pedro, falou sobre a questão do imposto sindical que passou a ter a denominação de Contribuição Sindical com o Decreto-lei 27, de 14.11.1966. O tema, bastante polêmico, gerou vários questionamentos por parte dos profissionais presentes. A maioria deles contestou a obrigatoriedade do pagamento junto ao Sindicato dos Médicos do Paraná (SIMEPAR), uma vez

que já o fazem junto ao SIMESC. Além disso, também queriam instruções de como devem proceder diante da situação. O presidente do SIMESC explicou que a cobrança é indevida e que os médicos que residem e trabalham nas cidades de divisas interestaduais não devem mais efetuar o pagamento para o estado do Paraná. "Aqueles que estiverem se sentindo lesados com a cobrança devem procurar a Assessoria Jurídica do SIMESC para solucionar o impasse. Sempre que for necessário vamos interceder", afirma.

O representante da Assessoria Jurídica do Sindicato, Dr. Erial Lopes de Haro, falou sobre a ilegalidade da cobrança e sobre os princípios da unicidade sindical e da liberdade de associação. "A lei determina que não pode haver dois sindicatos representando da mesma categoria numa mesma base territorial e que ninguém é obrigado a ser sindicalizado ou filiado", declara, ao lembrar que o SIMESC não vai aceitar a cobrança e vai se basear em dados legais.

Os médicos presentes também aproveitaram a presença do Assessor Jurídico do SIMESC para tirar dúvidas sobre direitos trabalhistas e esclarecer questões referentes aos honorários e ao sobreaviso remunerado. Dr. Erial colocou-se à disposição para atendê-los sempre que necessário.

Outro assunto discutido durante a reunião foi com relação ao atendimento de referência para os pacientes encaminhados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Os profissionais do Hospital reclamam que não existem médicos suficientes e que a unidade não está preparada para receber a demanda. Além disso, eles alegam que estão sendo ameaçados. A avaliação é do Diretor Clínico do PA do Hospital São Vicente de Paula, Dr. Geraldo Rasch que declara: "Estamos vivendo uma situação crítica. Trabalhamos sobre pressão o tempo todo. É impossível trabalharmos sobre constantes ameaças. Os profissionais do SAMU de Joinville não querem nem saber

da nossa situação. Sofremos ameaças diariamente e querem a todo custo que, mesmo sem condições, a gente atenda os pacientes", desabafa ao lembrar que o problema inclusive já foi parar na delegacia da cidade.

Dr. João Pedro Carneiro fez questão de enfatizar que no caso do atendimento do SAMU devem ser tratados os excessos. "É uma questão de bom senso. O dever do médico é fazer tudo o que estiver ao seu alcance para atender bem ao paciente. Não é correto deixar uma pessoa em estado grave sem atendimento adequado e rodando quilômetros de ambulância. Ainda que existam problemas na estrutura física, o Hospital está mais preparado para o atendimento emergencial. O que não podemos e não vamos permitir é que os médicos sejam agredidos em seu ambiente de trabalho. Nesses casos, em que os excessos ficam evidentes, o SIMESC vai agir, com respaldo jurídico, para coibir o desrespeito. Ninguém, nem mesmo o Promotor de Justiça, como no caso que aconteceu recentemente em Mafra, tem autoridade para decidir o que o médico deve ou não adotar como procedimento", concluiu.

O Presidente da Regional, Dr. Gabriel Kubis, agradeceu a participação de todos os profissionais da região e ressaltou que a reunião foi bastante esclarecedora e que certamente vai servir como ponto de partida para que lutem por seus direitos. "Foi extremamente importante a vinda de uma comitiva do SIMESC a Mafra. Os médicos da região precisavam de um respaldo técnico e jurídico para podermos lutar por seus direitos dentro da legalidade", enfatiza.

Representando o SIMESC estavam, além do Presidente, Dr. João Pedro Carneiro Neto, a Diretora de Assuntos Sócio-Culturais, Dr^a. Anamar Lúcia Brancher, a Coordenadora Administrativa, Teresinha Koenich, além dos Assessores Jurídicos e de Imprensa, Erial Lopes de Haro e Ulara Sousa Zili, respectivamente. Após a reunião, os presentes participaram de um jantar de confraternização.